



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

3ª VARA DO TRABALHO DE BAURU - 0090

[1501 a 2000 processos]

Entre os dias 5 e 9 do mês de março de 2018, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 1/2018, divulgado em 19/12/2017 no DEJT (Edição 2377/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 4). Presente o Juiz Titular ANDRÉ LUIZ ALVES. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	AGUDOS, BAURU, UBIRAJARA, PRESIDENTE ALVES, PIRATININGA, PAULISTANIA, LUCIANOPOLIS, IACANGA, DUARTINA, CABRALIA PAULISTA, AVAI, AREALVA
Lei de Criação:	8.432/92
Data de Instalação:	03/12/1993
Data de Instalação do PJE:	25/06/2014
Data da Última Correição:	20/02/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	24 %
Acervo PJe/Acervo Total:	76 %



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ANDRE LUIZ ALVES	11/07/2011

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
19/06/2017 a 18/07/2017	FERIAS
20/11/2017 a 19/12/2017	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/02/2017 a 14/02/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
SERGIO POLASTRO RIBEIRO	07/01/2017 a 19/12/2017
SERGIO POLASTRO RIBEIRO	08/01/2018 a 22/02/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
08/02/2017 a 09/03/2017	FERIAS
19/07/2017 a 17/08/2017	FERIAS
07/02/2018 a 22/02/2018	FERIAS



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ALEXANDRA CUNHA MARTINS COTTA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	15/12/2006
APARECIDA DE FATIMA RIBEIRO	REQ	FC-01 EXECUTANTE	12/11/1997
CARMEN RITA LAZZARINI LOPES	TJA	FC-02 ASSISTENTE	02/05/1994
GERLUCIA OLIVEIRA ARAKAKI	REQ	-	07/12/2017
HERMANN GUSTAVO BARROS SCHROEDER	TJA	FC-04 CALCULISTA	17/09/2003
JOAO VENCESLAU MEIRA	REQ	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	10/01/1994
LUIS HENRIQUE FORATO	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	06/09/2011
MIRIAM AUGUSTO DA SILVA BAUTZ	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	01/08/2000
PATRICIA CARLA COELHO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	01/12/2014
SIMONE DELASTRA	TJA	FC-02 ASSISTENTE	15/04/2002
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			6
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			4



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM PLANTÃO JUDICIÁRIO	19
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM RECESSO	1
LICENÇA MÉDICA/RGPS	1
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	66
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	18
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	2
TOTAL	107



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
MARCUS VINICIUS DE MAGALHAES	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/06/2017
YANARA PRECIOSO BARBOSA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2017



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ANDRE LUIZ ALVES	65
SERGIO POLASTRO RIBEIRO	29



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	684	827	544
	Aguardando encerramento da instrução	575	664	782
	Aguardando prolação de sentença	134	122	106
	Aguardando cumprimento de acordo	310	326	282
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.240	1.257	1.108
	Pendentes de finalização	2.943	3.196	2.820
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	490	355	618
	Liquidados pendentes de finalização na fase	505	237	381
	Pendentes de finalização	995	591	999
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	842	859	859
	Encerrados pendentes de finalização na fase	129	63	69
	Pendentes de finalização	975	924	929
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	1	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	74	15	19
TOTAL		4.987	4.727	4.767

CORREIÇÃO ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	623	823	590
	Aguardando encerramento da instrução	650	740	808
	Aguardando prolação de sentença	162	115	96
	Aguardando cumprimento de acordo	312	267	284
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.235	3.024	2.925
	Subtotal	2.982	3.108	3.022
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	759	424	660
	Liquidados pendentes de finalização na fase	376	341	475
	Subtotal	1.021	607	871
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	589	838	924
	Encerrados pendentes de finalização na fase	1.016	480	756
	Subtotal	1.382	950	1.337
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	1	0	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	738	67	378
TOTAL		6.124	4.732	5.608



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	182	151	61
Exceções de Incompetência	6	7	4
Antecipações de Tutela	328	339	8
Impugnações à Sentença de Liquidação	32	23	30
Embargos à Execução	63	32	49
Embargos à Arrematação	1	0	1
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	5	2	7
TOTAIS	617	554	160

CORREIÇÃO ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	152	139	33
Exceções de Incompetência	9	4	6
Antecipações de Tutela	355	359	15
Impugnações à Sentença de Liquidação	31	18	25
Embargos à Execução	21	22	21
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	3	1	4
TOTAIS	571	543	104



6 - RECURSOS [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	548	464	114
Recurso Adesivo	25	17	15
Agravo de petição	52	46	8
Agravo de Instrumento	15	8	7
TOTAIS	640	535	144

CORREIÇÃO ANTERIOR

6 - RECURSOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	444	422	35
Recurso Adesivo	15	9	12
Agravo de petição	22	18	4
Agravo de Instrumento	15	3	11
TOTAIS	496	452	62



7 - PRAZOS MÉDIOS [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	463	101	200	151
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.408	315	348	303
Total / Média	1.871	262	319	267

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	469	105	199	156
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.336	356	362	316
Total / Média	1.805	291	329	277

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	212	41	28	29
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	834	76	36	43
Total / Média	1.046	69	35	40

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	148	278	230	250
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	611	358	261	318
Total / Média	759	342	256	305

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	995	2.363	1.401	2.176
Do início ao encerramento da execução - ente público	33	754	832	968
Total / Média	1.028	2.311	1.335	2.121

*Do início até a extinção da execução



CORREIÇÃO ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	505	101	183	155
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.444	278	341	292
Total / Média	1.949	232	305	255

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	491	103	188	165
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.298	288	343	302
Total / Média	1.789	237	306	263

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	274	20	27	24
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	786	45	40	36
Total / Média	1.060	39	38	33

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	88	278	211	229
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	303	267	239	225
Total / Média	391	269	234	226

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	371	1.659	1.789	1.625
Do início ao encerramento da execução - ente público	26	600	951	965
Total / Média	397	1.590	1.701	1.585

*Do início até a extinção da execução

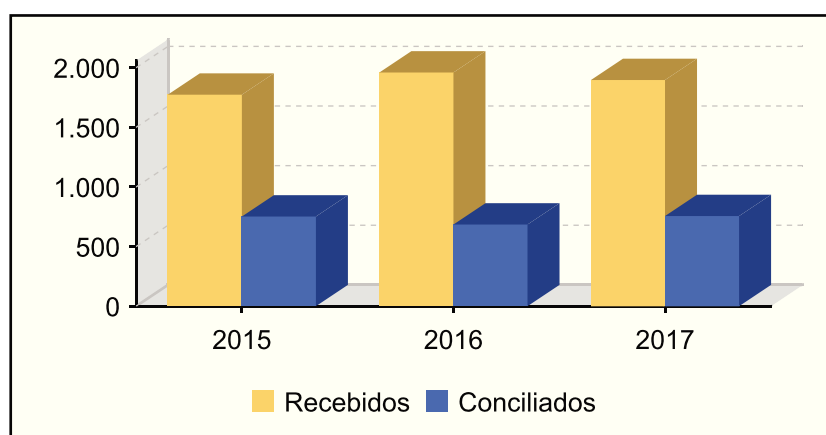


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

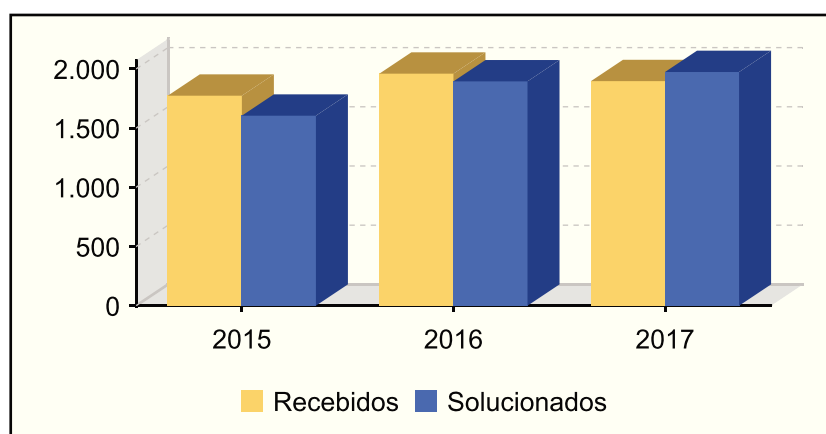
8.1 - Índice de conciliações [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	1.774	752	42,39
2016	1.960	685	34,95
2017	1.897	756	39,85



8.2 - Índice de soluções [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.774	1.605	90,47
2016	1.960	1.895	96,68
2017	1.897	1.974	104,06



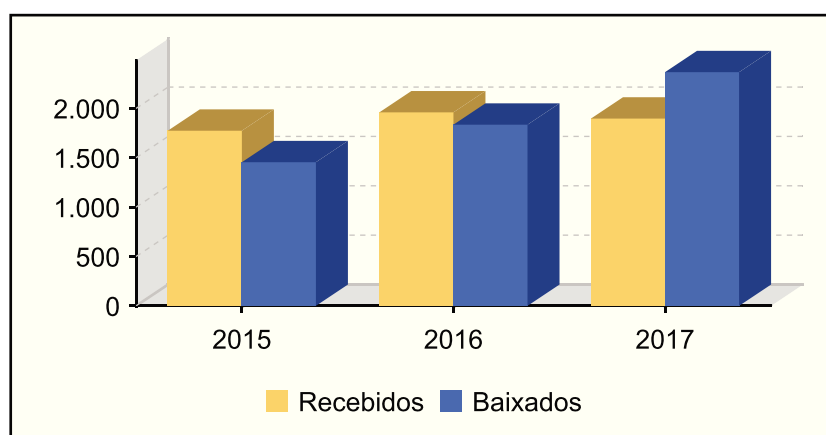


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

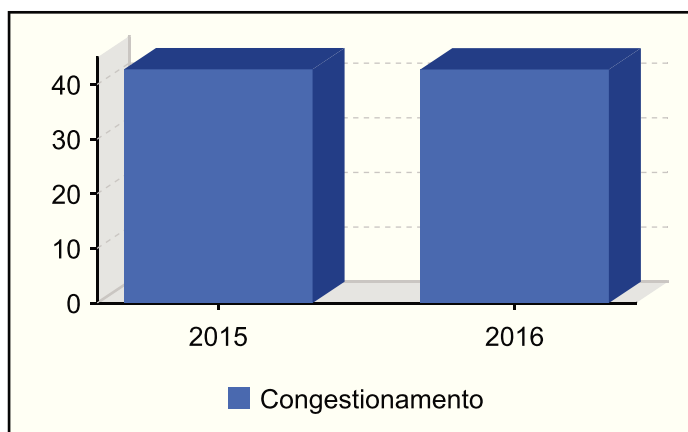
8.3 - Índice de baixas [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	1.774	1.455	82,02
2016	1.960	1.835	93,62
2017	1.897	2.367	124,78



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.031	1.774	1.605	42,78
2016	1.350	1.960	1.895	42,75



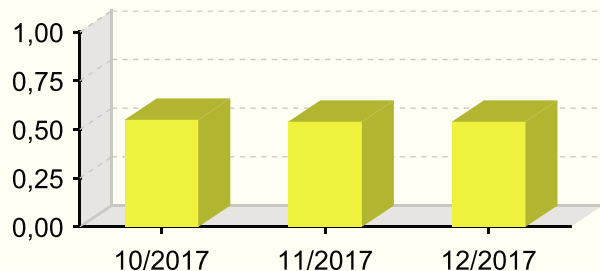


9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

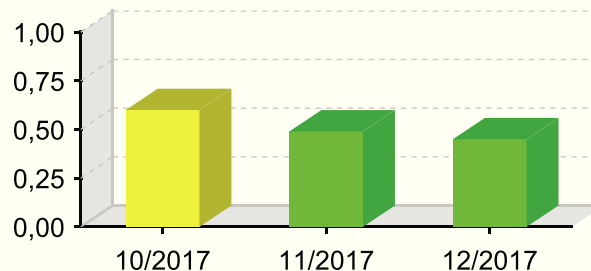
(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	PS	IP	IG
10/2017	0,55	0,60	0,41	0,50	0,47
11/2017	0,54	0,49	0,41	0,48	0,42
12/2017	0,54	0,45	0,42	0,48	0,41

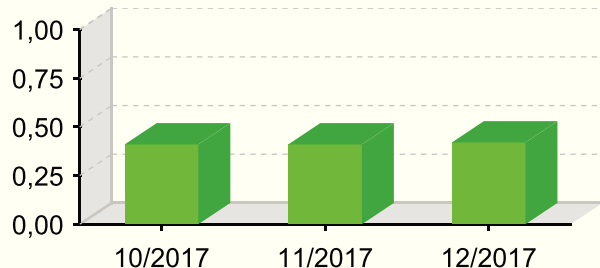
Taxa de Cong. no Conhecimento [TCC]



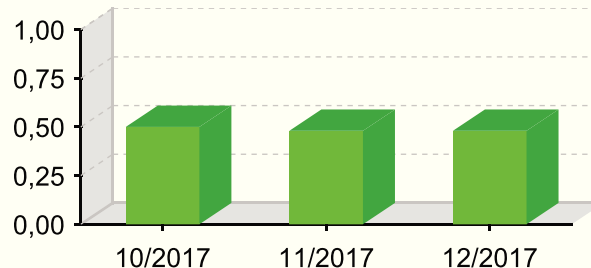
Taxa de Cong. na Execução [TCE]



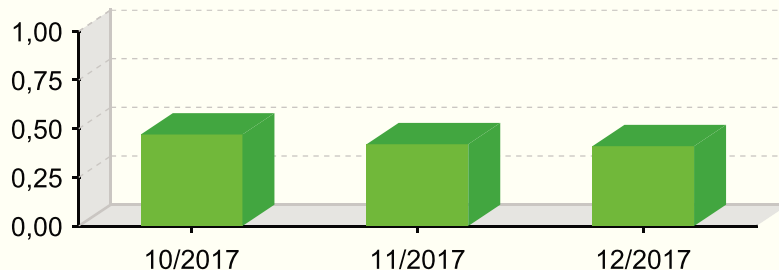
Pendentes de Solução [PS]



Índice de Produtividade [IP]



Índice Geral [IG]





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	756	63,0	38,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	944	78,7	47,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.700	141,7	86,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	274	22,8	13,9
Incidentes Processuais Resolvidos	602	50,2	30,5
Dias-Juiz	592	49,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	24.461	63,7	38,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	32.070	83,5	50,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	56.531	147,2	89,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	8.018	20,9	12,7
Incidentes Processuais Resolvidos	19.652	51,2	31,1
Dias-Juiz	18.944	49,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

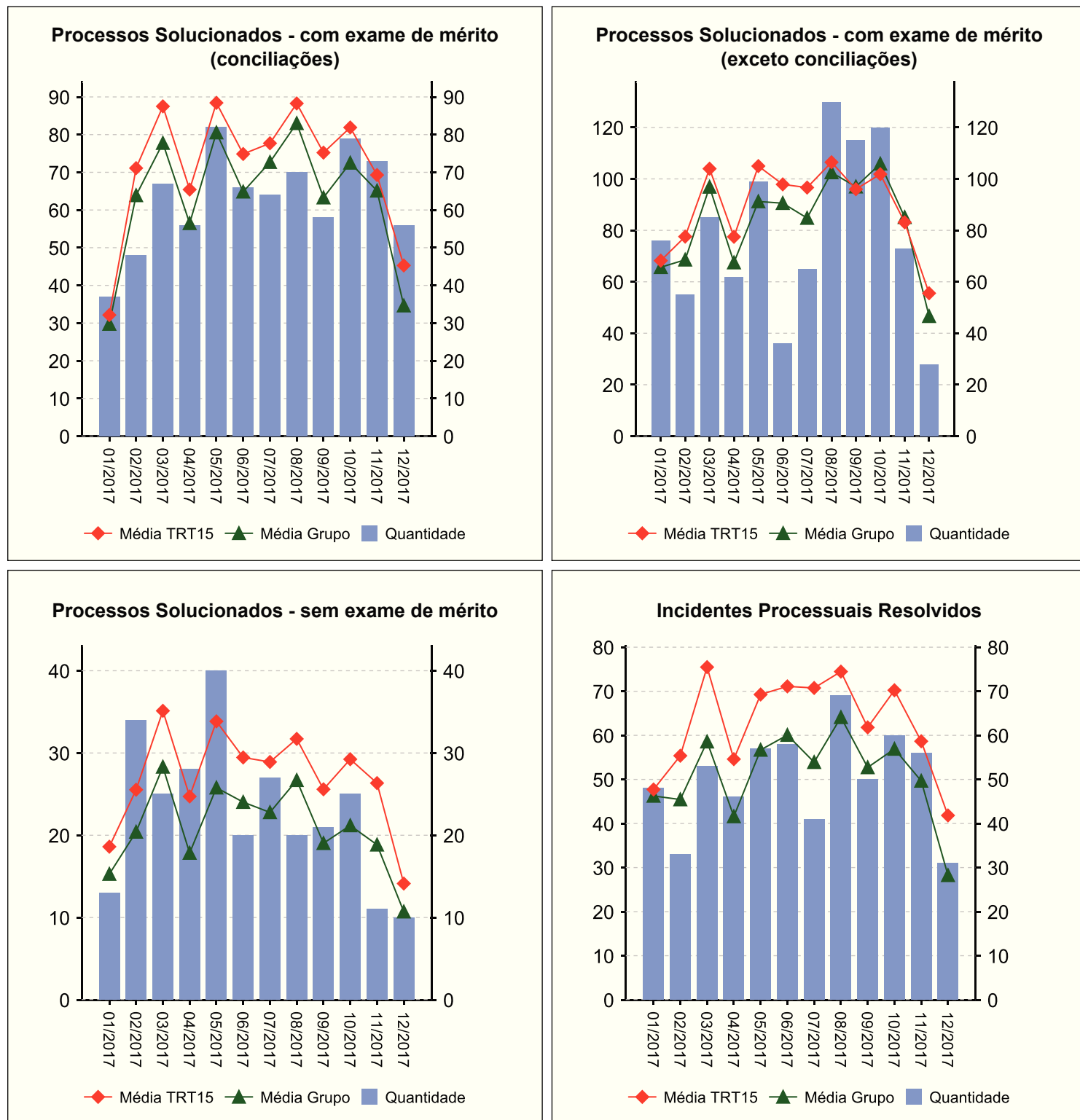
Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	131.137	71,4	44,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	163.612	89,1	56,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	294.749	160,5	101,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.411	26,9	16,9
Incidentes Processuais Resolvidos	114.947	62,6	39,4
Dias-Juiz	87.586	47,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.025	85,4	51,9
Sessões de audiência realizadas - instrução	608	50,7	30,8
Sessões de audiência realizadas - una	524	43,7	26,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	50	4,2	2,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	238	19,8	12,1
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.132	94,3	57,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	288	24,0	14,6
Dias-Juiz	592	49,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	18.944	49,3	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	87.586	47,7	---



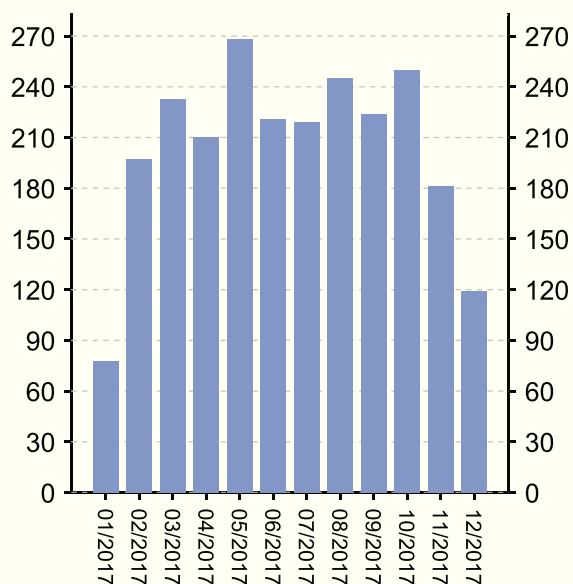
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências

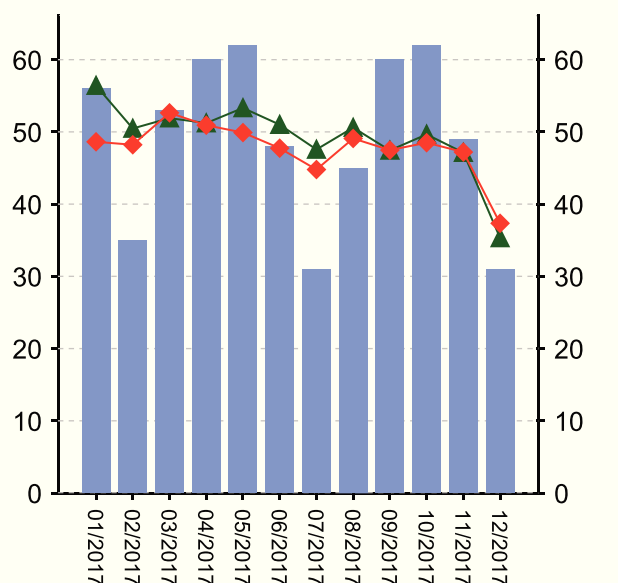
Audiências



■ Quantidade

Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
01/2017	0	0	38	20	20	78
02/2017	4	21	79	45	48	197
03/2017	4	10	100	64	55	233
04/2017	1	28	86	50	45	210
05/2017	2	22	117	71	56	268
06/2017	5	27	93	60	36	221
07/2017	3	22	82	50	62	219
08/2017	5	24	104	57	55	245
09/2017	4	48	83	55	34	224
10/2017	5	14	114	67	50	250
11/2017	5	12	77	46	41	181
12/2017	12	10	52	23	22	119
Total	50	238	1025	608	524	2445

Dias-Juiz



◆ Média TRT15 ▲ Média Grupo ■ Dias-Juiz

Dias-Juiz

Mês/Ano	Qtd
01/2017	56
02/2017	35
03/2017	53
04/2017	60
05/2017	62
06/2017	48
07/2017	31
08/2017	45
09/2017	60
10/2017	62
11/2017	49
12/2017	31
Média Mensal	49,3



CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	701	58,4	35,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	931	77,6	47,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.632	136,0	83,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	316	26,3	16,1
Incidentes Processuais Resolvidos	543	45,3	27,6
Dias-Juiz	590	49,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	24.111	62,8	42,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	24.642	64,2	43,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	48.753	127,0	85,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	8.626	22,5	15,1
Incidentes Processuais Resolvidos	17.088	44,5	30,0
Dias-Juiz	17.114	44,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	127.892	69,7	45,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	136.918	74,6	48,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	264.810	144,2	94,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.547	27,5	18,0
Incidentes Processuais Resolvidos	95.893	52,2	34,2
Dias-Juiz	84.054	45,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

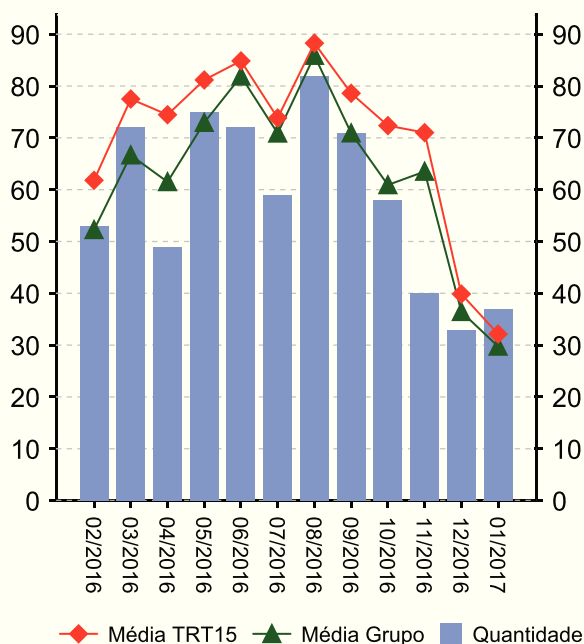
CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

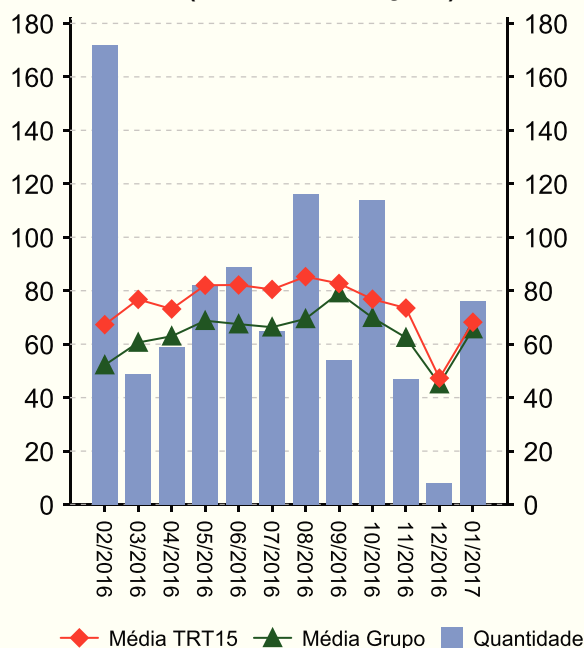
(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos

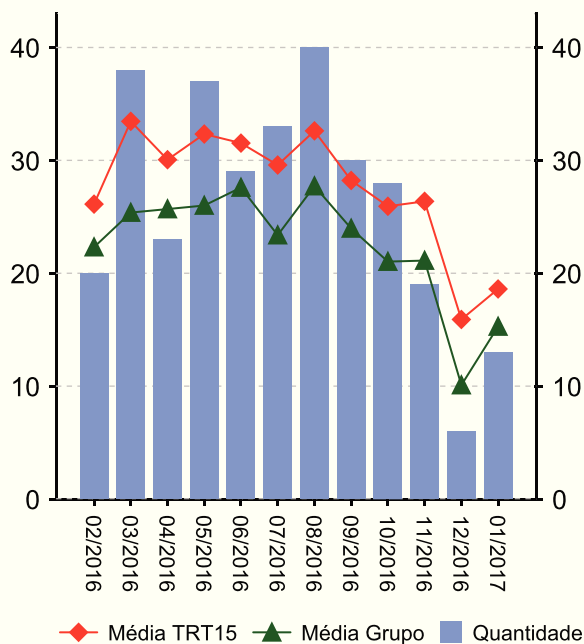
Processos Solucionados - com exame de mérito (conciliações)



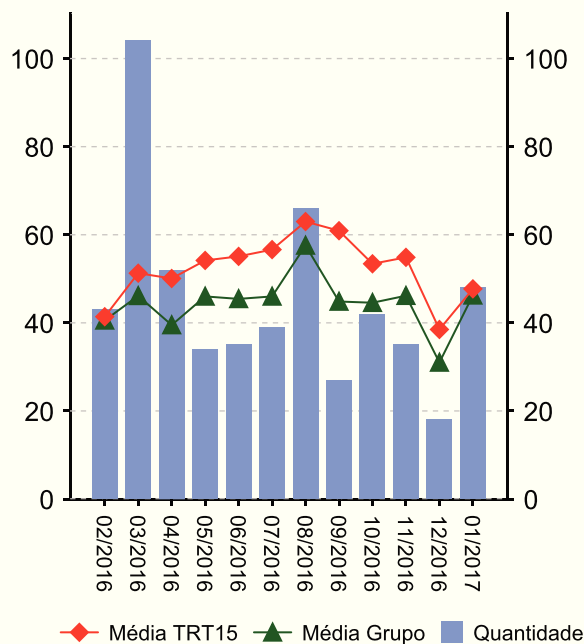
Processos Solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações)



Processos Solucionados - sem exame de mérito



Incidentes Processuais Resolvidos





CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.167	97,3	59,3
Sessões de audiência realizadas - instrução	555	46,3	28,2
Sessões de audiência realizadas - una	539	44,9	27,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	68	5,7	3,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	194	16,2	9,9
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.094	91,2	55,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	262	21,8	13,3
Dias-Juiz	590	49,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	17.114	44,6	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	84.054	45,8	---



CORREIÇÃO ANTERIOR

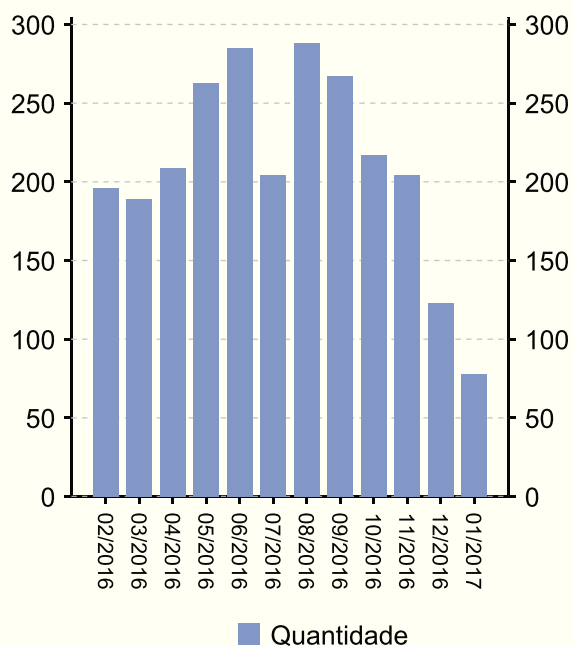
10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

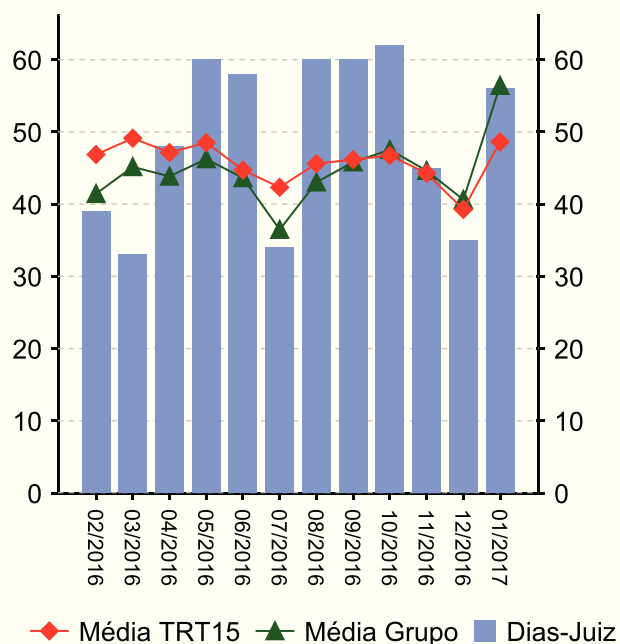
Resumo - Audiências

Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
02/2016	14	19	79	42	42	196
03/2016	4	11	79	45	50	189
04/2016	4	18	97	46	44	209
05/2016	16	12	141	41	53	263
06/2016	5	11	159	54	56	285
07/2016	10	11	94	45	44	204
08/2016	7	20	147	57	57	288
09/2016	4	28	120	62	53	267
10/2016	1	10	99	63	44	217
11/2016	2	30	72	56	44	204
12/2016	1	24	42	24	32	123
01/2017	0	0	38	20	20	78
Total	68	194	1167	555	539	2523

Dias-Juiz



Dias-Juiz

Mês/Ano	Qtd
02/2016	39
03/2016	33
04/2016	48
05/2016	60
06/2016	58
07/2016	34
08/2016	60
09/2016	60
10/2016	62
11/2016	45
12/2016	35
01/2017	56
Média Mensal	49,2



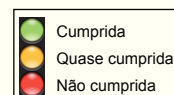
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

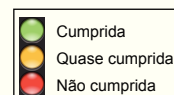
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
1897	1974	1707	0	158	164	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

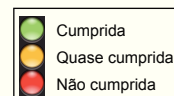
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1774	1597	1748	0	164	36	22 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
681	1128	613	0	57	94	100 %





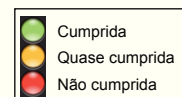
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

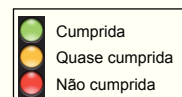
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
12	10	1.76	2	83 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
240	290	230	74 %





12 - ARRECADAÇÃO [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 138.717,67	R\$ 364.020,21	R\$ 22,12	R\$ 2.505.343,40



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2010	2
2012	1
2013	4
2014	26
2015	54
2016	245
2017	1061



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
2251	9	0	9	0

Fonte: Portaria GP nº 39/2017

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 39/2017, de 26/06/2017, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 10 servidores está acima dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Foi informado pelo gestor que na Unidade também atuam 02 assistentes de Juiz, senhores Sebastião de Lima Martins Júnior e Marcus Vinicius da Silva Rodrigues de Lima.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 19/2/2018)

PJe		SAP	
Data de corte:	19/1/2018	Data de corte:	19/1/2018
Saldo:	595	Saldo:	70
Data do mais antigo:	5/6/2017	Data do mais antigo:	3/7/2017
		Total:	665

15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos



gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado (MGD 12/2017) é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral (IG) de 0,41.

Esse resultado sinaliza evolução desde a última Correição, quando registrou-se IG de 0,56 (MGD de 01/2017). Essa variação reflete, entre outros pontos, a redução significativa da taxa de congestionamento na execução – TCE, de 0,75 para 0,45.

Por outro lado, a taxa de congestionamento no conhecimento – TCC - demonstrou uma pequena elevação, de 0,46 para 0,54, no mesmo período, o que inspira maior atenção nesta fase.

Conforme consta no item anterior, foi informada a existência de saldo de 665 processos sem tramitação há mais de 30 dias, quantidade inferior à metade da média trienal de processos recebidos, razão pela qual, no momento, não há necessidade de apresentação de plano de ação, devendo o gestor prosseguir com o planejamento informado nesta oportunidade.

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0010066-28.2017.5.15.0090, 0010402-32.2017.5.15.0090 e 0010800-81.2014.5.15.0090;

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0011472-55.2015.5.15.0090, 0010577-60.2016.5.15.0090 e 0000669-52.2011.5.15.0090;

16.3 – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, porém a Unidade não adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 26/2/2018, verificou-se



a existência de 799 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0011102-76.2015.5.15.0090 e 0010268-10.2014.5.15.0090);

16.5 – há audiências designadas em 5 dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 238 no período de 01/2017 a 12/2017;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, verificou-se ausência de cadastro dos Magistrados.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,42 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a 3ª Vara do Trabalho de Bauru apresenta 42% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 49,3 dias-juiz nos últimos doze meses, mesma média do grupo no qual está inserida e bem próximo do apurado na última correição (49,2).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 38,3 processos solucionados por meio de conciliações, próxima à média de referido grupo (RARIA 38,7) e superior a média da correição anterior (35,6). Por outro lado, excetuando-se as conciliações, a média de



processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 47,8, inferior à média do grupo, de 50,8 (RARIA) e próximo da média apontada na correção anterior (47,3).

Assim, determina-se que a 3ª Vara de Bauru envie esforços para solucionar uma quantidade maior de processos visando a redução do prazo médio do ajuizamento da ação até a prolação da sentença, prazo médio que se elevou de 291 dias atuais, em comparação com o resultado verificado na última correção, de 237 dias.

Nesse sentido, destaca-se também não ter sido cumprida no último ano a Meta 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 4% o prazo médio do conhecimento, com 74% de cumprimento) – conforme item 11.

18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade em 19/2/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	27/6/2018	01	128
INICIAIS/ Sum:	-	-	-
UNAS/ Ord:	-	-	-
UNAS/Sum:	23/4/2018	01	63
INSTRUÇÕES/Ord:	18/5/2018	08	88
INSTRUÇÕES/Sum:	-	-	-
CONCILIAÇÃO:	27/3/2018	01	36
MEDIAÇÃO:	23/4/2018	01	63

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta é automatizada. Porém, também é utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade não inclui feitos que envolvam órgãos públicos em pauta. Por outro lado, processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em pauta, não havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
-----	---------	-----	---------	-----------	-------------	----------	-------



segunda	manhã						0
	tarde	03	05	04	02		14
terça	manhã						0
	tarde	04	05	03	01		13
quarta	manhã						0
	tarde						0
quinta	manhã						0
	tarde						0
sexta	manhã		06	05			11
	tarde						0

18.1.2 – JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR FIXO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						0
	tarde						0
terça	manhã						0
	tarde						0
quarta	manhã						0
	tarde	03	05	04	02		14
quinta	manhã						0
	tarde	04	05	03	01		13
sexta	manhã		06	05			11
	tarde						0

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou não serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação na Unidade. No entanto, noticiou haver servidor capacitado pela Escola Judicial para a mediação.

Considerando o acervo da Unidade (total de 4.987 processos, dos quais 2.943 estão em fase de conhecimento, 995 na fase de liquidação e 975 na fase de execução – item 4 da Ata) e o elevado prazo médio nas fases de liquidação e execução (respectivamente, 342 dias e 2.311 dias – item 7.1 da Ata), além de haver servidor capacitado para a mediação,



recomenda-se intensificar a realização de audiências de tentativa de conciliação para solução dos feitos, seja por meio de mediação ou de audiências de tentativa de conciliação.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafoamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios, beneficiando principalmente o Jurisdicionado.

18.3 – ANÁLISE:

O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 262 dias, menor que o de seu grupo (319 dias) e que o do Fórum (267 dias). Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 101 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 315 dias. Indica-se assim, haver priorização das audiências no rito sumaríssimo.

Na correição anterior, constatou-se que a Unidade realizou menor média de audiência unas e de instrução se comparada à média mensal do grupo. Além disso, verificou-se que grande parte das audiências realizadas pela Unidade eram do tipo inicial e que tal fato contribuía para o elastecimento do prazo médio na fase de conhecimento. Por tais motivos e considerando a designação de juiz auxiliar fixo, registrou-se, assim, a necessidade de incrementar a pauta de audiências, substituindo os horários de audiência do tipo inicial para unas e de instrução.

Atualmente, verifica-se que a Unidade realizou média (RARIA) de 57,4 audiências unas e de instrução, média um pouco acima que o resultado verificado na última correição (55,6 - RARIA). Porém, o prazo médio na fase de conhecimento teve variação negativa, passando de 232 dias para 262 dias, em comparação aos resultados verificados na correição anterior.

19 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foi realizada reunião com o gestor e seu assistente.

A tentativa de notificação eletrônica para a Fundação Casa, por ora, não foi exitosa, porquanto advogado contatado da fundação não tem competência para decidir sobre a



questão, tendo ele sugerido que se firme convênio entre ela e o Tribunal, com essa finalidade, cujo jurídico se encontra em São Paulo Capital.

Quanto às cartas precatórias para notificação da empresa AJAX BATERIAS, o cumprimento deve atentar para que não sejam suscitadas nulidades futuras.

O gestor esclarece que os assistentes de juizes realizam os atos de comunicação determinados nos despachos e decisões que minutam, salvo as notificações por meio postal, o que demonstra o cumprimento de tarefas sem fragmentação. Nesse sentido, a Corregedoria recomenda que seja estendida a confecção de eventuais expedientes subsequentes a eles também, na forma da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.

A Corregedoria constata que a Unidade tem criada a subcaixa “Razões Finais”, na caixa “Cumprimento de providências”. A medida evita processos fora do fluxo e revela observância da Portaria GP-CR 89/2015 que regulamenta o lançamento de conclusão para magistrado para prolação de sentença e decisão de incidentes processuais. Assim, relevante o acompanhamento frequente e rigoroso de movimentação de processos da subcaixa de “Razões Finais”, cujo vencimento de prazo e aptidão ao julgamento, ensejará, ato seguinte, o envio do processo eletrônico à tarefa “minutar sentença”. Para os processos físicos, a Corregedoria recomenda a extração de relatórios semanais para gestão das razões finais.

Alerta-se o gestor, também, quanto a processos sem tramitação em tarefas intermediárias, como “conclusos ao magistrado”, devendo ser dado o devido prosseguimento.

Manter a priorização da migração dos processos para o PJe, considerando o percentual de processos físicos de 24% do acervo (até dezembro/2017).

Reunião conjunta com os gestores das varas e da CGC, onde foram abordados os seguintes assuntos:

- Maior atenção com os processos que estão nas instâncias superiores, devendo se evitar a renovação automática do prazo para retorno dos autos, sem consulta prévia à tramitação do processo em si;

- PJeCalc. A Corregedoria faz a lembrança de que o PJeCalc representa uma evolução do JurisCalc que, por sua vez, foi uma evolução do SAP1G. Dito isso, não há mais possibilidade de atualização de valores pelo SAP1G;

- Sugestões de melhoria e aprimoramento do sistema PJe devem ser encaminhadas ao Comitê Gestor Regional do PJe, por meio do endereço eletrônico comitepje@trt15.jus.br para apreciação e, após avaliação, encaminhamento ao Comitê Nacional correspondente;



- Reposição/substituição de servidores requisitados. Considerando a aposentadoria próxima de servidores requisitados e a Lei Municipal nº 4.712 de 28 de agosto de 2001 que autoriza a celebração de convênio de cooperação entre o Poder Executivo Municipal de Bauru com este Tribunal Regional, para a cessão de pessoal administrativo, no número de seis (06) funcionários públicos municipais, ocupantes de cargos efetivos, os gestores demandam a nomeação de outros requisitados, em substituição àqueles que estão na proximidade da aposentadoria. Senão, a reposição imediata, logo após as aposentadorias. Nesse sentido, a Corregedoria levará o assunto a conhecimento da Secretaria de Gestão de Pessoas.

- processos ao CEJUSC. Triagem e efeitos. A sugestão é que cada vara indique os parâmetros de processos ao CEJUSC, bem como, os efeitos que podem advir do insucesso das tentativas de conciliação;

- alerta-se que a informação de prazo “0” (zero) para expedientes no PJe implica o não encaminhamento do processo para a pasta de vencimento de prazo correta, razão pela qual a Unidade não deve se valer desta prática;

- orientação para que não seja lançado prazo nas expedições de cartas precatórias, porquanto o sistema não reconhece o seu início. Consequentemente, não ocorre seu vencimento automático. Segundo o fluxo processual correto, processos que aguardam o retorno de carta precatória devem permanecer na tarefa “Cumprimento de providências”, em subcaixa da quinzena estimada.

20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – viabilizar a melhor forma de citação eletrônica, conforme previsto no inciso V do art.246 da Lei 13.105/2015 (Novo CPC), mediante contato com grandes empresas demandadas, e Municípios que consentirem com a utilização da medida;

20.2 – reitera-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que ao menos no PJe fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes.



21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentencas.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

21.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

21.3 – envidar esforços para alcançar as Metas do E. CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que em 2017, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a Meta 6, E. CNJ (identificar e julgar ações coletivas distribuídas até 31/12/2014) e Meta 5, JT (reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016); respectivamente, com 83% e 74% de cumprimento.

21.4 – tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe suas análises e realização de todos os atos que os impulsionem para o próximo ato, independentemente, de procedimentos internos, nos termos do artigo 2º, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, mesmo nos processos físicos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários;

21.5 – priorizar os atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento ou garantia da execução, para início célere da execução, bloqueio de valores, e migração para o PJe;

21.6 – tramitar nos processos a ocorrência “PAN” ou encaminhá-los para a tarefa “minutar sentença”, conforme Portaria GP-CR Nº 89/2015, após encerrada a instrução processual, independentemente da designação de audiência de julgamento;

21.7 – atentar-se que, caso o servidor do grupo interno de execução ou Oficial de Justiça Avaliador utilize-se de informações colhidas na investigação anterior, do mesmo ou de outro oficial, e disponíveis no sistema informatizado, no cumprimento do inciso XIV, art. 1º do Provimento GP-CR nº 05/2015, se faz necessária a inclusão dos dados do novo processo no sistema com nova indicação de execução frustrada, por meio de nova certidão,



a fim de contabilizar as informações do Regional;

21.8 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no Provimento GP-CR 03/2014 e nos itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim como observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão (sendo necessário o registro correspondente e não como “excluído de hasta”) e que na hipótese de o credor adquirir o bem, deverá fazê-lo na condição de arrematante.

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 26/2 e 2/3/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0011330-80.2017.5.15.0090	Processo eletrônico na tarefa “aguardando término dos prazos” desde 27/11/2017. Observa-se que os ser confeccionada a notificação para as partes, o sistema contabilizou o prazo em dobro (embora o prazo incluído já atendia a diferenciação para órgão público), o que elastece injustificadamente o prazo.	Sanear a inconsistência e atentar-se para os procedimentos futuros, evitando-se o elasteamento desnecessário do prazo.
2	0010438-74.2017.5.15.0090	Processo eletrônico na tarefa “concluso ao magistrado” desde 21/2/2018. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Há outros processos em situação semelhante.	Tramitar imediatamente o processo, vinculando-o ao magistrado, para prosseguimento do feito.
3	0011409-93.2016.5.15.0090	Processo eletrônico na tarefa “cumprimento de providências – subcaixa oficial de justiça” desde 5/9/2017. Observa-se que o mandado de intimação para ciência da sentença foi cumprido e devolvido em 7/11/2017, sem andamento posterior. Há outros processos em situação semelhante.	Dar prosseguimento do feito.
4	0011437-27.2017.5.15.0090	Processo eletrônico na tarefa	Tramitar imediatamente o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



		“redistribuição” desde 13/12/2017. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Há outros processos em situação semelhante.	processo, remetendo ao juízo competente para processa e julgar a ação.
5	0010310-88.2016.5.15.0090	Processo eletrônico na tarefa “aguardando término dos prazos” desde 8/3/2017. Foi expedida carta precatória executória para citação da executada, a qual foi devolvida por cumprida em 29/3/2017. Observa-se que o processo não teve o vencimento automático do prazo, o que prejudicou a correta tramitação do processo. Há diversos processos na mesma situação.	Vencer o prazo manualmente e dar andamento ao feito.
6	0010806-83.2017.5.15.0090	Processo eletrônico na tarefa “minutar expediente de secretaria” desde 25/1/2018. Em 22/1/2017 foi deferida a expedição de alvará para habilitação no programa do seguro-desemprego, o que não foi cumprido até o momento.	Cumprir imediatamente a determinação judicial. Além disso, priorizar os feitos que aguardam pagamento ou levantamento de valores, especialmente considerando a natureza alimentar do crédito.
7	0010980-29.2016.5.15.0090	- Processo eletrônico na tarefa “prepara comunicação” desde 4/7/2017. Foi determinada a citação da executada para pagamento e/ ou garantia, o que ainda não foi cumprido pela Secretaria. Há outros processos na mesma situação.	Cumprir imediatamente a determinação judicial. Além disso, priorizar os feitos que aguardam pagamento ou levantamento de valores, especialmente considerando a natureza alimentar do crédito.
8	0011167-37.2016.5.15.0090	Processo eletrônico na tarefa “aguardando bloqueio bacen” desde 5/12/2017. Verifica-se que no processo foram feitas várias consultas ao convênio, todas elas negativas. Há outros processos em situação semelhante.	Dar andamento ao feito, conforme os termos do Provimento GP-CR N 05/2015.
9	0000945-49.2012.5.15.0090	Processo eletrônico na tarefa “aguardando pgto RPV Precatório” desde 18/6/2017. Verifica-se que foi expedido ofício requisitório de pequeno valor, o qual foi recebido em 9/2/2017. Até o momento não há depósito do valor pela executada. Há outros processos na mesma situação.	Levar o processo à conclusão para análise e prosseguimento e, se o caso, sequestro de valores.
10	0011298-75.2017.5.15.0090	Processo eletrônico na tarefa intermediária “registrar obrigações de pagar” desde 29/8/2017. A existência de	Dar andamento ao feito.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



		processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.	
11	0000845-26.2014.5.15.0090	Processo na variável 342, com última ocorrência “DES – despacho” desde 10/01/2018. Verifica-se a determinação para inclusão em pauta de audiência de instrução, ainda sem efetivação.	Dar prosseguimento ao feito. Além disso, tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas.
12	0001130-58.2010.5.15.0090	Processo na variável 342, com última ocorrência “RMJ – remetidos os autos à 45ª Vara de São Paulo para devolução de carta precatória” desde 02/05/2011.	Verificar os lançamentos, já que a pendência indica ausência de lançamento na forma prescrita no manual do e-gestão para baixa.
13	0075300-69.2008.5.15.0090	Processo na variável 342, com última ocorrência “RMT – remetido ao TRT” desde 09/06/2016. Em consulta ao andamento processual, o único registro de RO em trâmite na 2ª instância tem lançamento de baixa em 15/03/2011, além disso, houve arquivamento definitivo em janeiro de 2012.	Verificar os lançamentos para regularização ou baixa do feito. Em situação semelhante o 0139600-45.2005.5.15.0090, na fase de liquidação.
14	0002116-07.2013.5.15.0090	Processo na variável 342, com última ocorrência “PZO – prazo para contrarrazões” vencido desde 14/12/2017.	Tramitar o feito, conforme decisão de 17/11/2017.
15	0116600-79.2006.5.15.0090	Processo na variável 150 do e-GESTÃO (Embargos à Execução pendentes) desde a juntada de petição do incidente, em 10/07/2007. Verifica-se que o feito foi julgado extinto sem resolução do mérito e apensado ao processo principal.	Regularizar os lançamentos para baixa do incidente
16	0002226-53.2010.5.15.0076	Processo com prazo para razões finais vencido em 31/01/2018. Embora relativamente recente, demonstra ausência de priorização para conclusão ao magistrado, tão logo o feito esteja apto para julgamento.	Acompanhar e tramitar com prioridade os processos pendentes na Meta 2 do E. CNJ.
17	0001661-42.2013.5.15.0090	Processo aguardando o encerramento da Instrução. Última ocorrência “PZO – partes: impugnação / concordância ao laudo pericial - conhecimento” vencido em 9/02/2018.	Acompanhar e tramitar com prioridade os processos pendentes na Meta 2 do E. CNJ.
18	0000226-96.2014.5.15.0090	Processo julgado em 11/9/2017. Entretanto,	Regularizar os lançamentos no SAP1G para que haja



		observa-se que o feito está pendente de julgamento para os dados e-GESTÃO.	transparência nos andamentos processuais.
19	0000242-50.2014.5.15.0090	Processo julgado em 15/5/2017. Entretanto, observa-se que o feito está pendente de julgamento para os dados e-GESTÃO.	Regularizar os lançamentos no SAP1G para que haja transparência nos andamentos processuais.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Comparecem a Vice-Presidente da 21ª Subseção da OAB de Bauru Dra. Márcia R. N. F. Polentini, OAB/SP nº 201.443, o Coordenador Dr. José A. de Sena Jesus, OAB/SP nº 126.298, e o Vice-Coordenador Dr. Luiz Fernando Bobri Ribas, OAB/SP Nº 74.357 e fazem os seguintes apontamentos:

- preocupação com a movimentação processual, nada obstante o advento do processo judicial eletrônico, sobretudo, quanto à não reposição dos deltas nas unidades do Fórum Trabalhista de Bauru. No aspecto, o Desembargador Corregedor explicita as condições que foram estabelecidas para eventuais nomeações de reposição de servidores que se aposentaram, o reduzido número de nomeações que foram autorizadas pelo CSJT, bem como, as ferramentas e possibilidades que a Corregedoria vem criando, com o objetivo de suprir eventuais carências de pessoal;

- compartilham do entendimento de que há necessidade de criatividade e de melhora na gestão de processos e atividades;

- reconhecem algumas dificuldades com o PJeCalc a serem superadas, assim como, comprometem-se a incentivar seu uso nesta 21ª Subseção da OAB de Bauru, uma vez que compreendem que é meio para dar celeridade à tramitação dos processos;

- apontam as dificuldades que foram enfrentadas com o elevado número de publicações concomitantes que ocorreram tão logo elas foram retomadas, após o período de recesso e início de ano;

- apontam as dificuldades quanto aos processos triados pelas varas que são incluídos na pauta do CEJUSC, cuja possibilidade de acordo é extremamente remota. Nesse ponto, a OAB se propõe a auxiliar a unidades na triagem;

- ilustram processos que recebem a quitação pela executada Fundação Casa Centro de Atendimento Sócio Educativo ao Adolescente, sem a correspondente comunicação nos autos e conseqüente prejuízo da liberação do crédito para o exequente (*e.g. que 0001035-57.2012.5.15.0090 da 3ª VT de Bauru*).



- processos com recurso de revista seguem já digitalizados para o TST, o que entende a OAB pode ser aproveitado para as suas migrações ao sistema eletrônico;
 - pleito para estender a utilização do estacionamento do Fórum para os advogados.
- Neste ato, os advogados presentes levarão a conhecimento da sua Presidência de Subseção para firmarem termo de compromisso com este Fórum Trabalhista;
- preparação e oferta de estagiários para atos meramente ordinatórios.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – O MM. Juiz Titular André Luiz Alves reside na jurisdição.

24.2 – O Juiz Substituto Auxiliar Fixo Sérgio Polastro Ribeiro reside na sede da circunscrição.

24.3 – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença.

24.4 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.5 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do(a) Diretor(a), pontualmente, sobre todas as determinações, recomendações, orientações e sugestões, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4374/2016.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 8 de março de 2018, às 19 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.